

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PEDRO PAULO FURBINO BRETAS BARROS

**O EFEITO DAS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS NA QUALIDADE DA
INFORMAÇÃO CONTÁBIL APÓS A ADOÇÃO DAS IFRS**

VITÓRIA
2019

PEDRO PAULO FURBINO BRETAS BARROS

**O EFEITO DAS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS NA QUALIDADE DA
INFORMAÇÃO CONTÁBIL APÓS A ADOÇÃO DAS IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.
Orientador: Prof. Dr. Claudio Márcio Pereira da Cunha.

VITÓRIA
2019

PEDRO PAULO FURBINO BRETAS BARROS

**O EFEITO DAS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS NA QUALIDADE DA
INFORMAÇÃO CONTÁBIL APÓS A ADOÇÃO DAS IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 24 de abril de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Claudio Márcio Pereira da Cunha
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dra. Diane Rossi Maximiano Reina
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno da banca examinadora

Prof. Dr. Aziz Xavier Beiruth
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa
em Contabilidade, Economia e Finanças.
Membro externo da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

À família, pelas alegrias inesperadas. Ao orientador, pela paciência, ajuda e direcionamento. E à Dietrich Mateschitz, por ter inventado o Red Bull.

“Somos adultos demais”
Rodrigo Alves Lima

Resumo

A adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) alterou a forma de reconhecer, mensurar e divulgar resultados contábeis. Os resultados dos estudos acerca do impacto da adoção das normas internacionais sobre a qualidade da informação contábil são conflitantes. Este trabalho assume que o efeito das IFRS não é o mesmo para todas as empresas, dependendo de incentivos que existem para gerenciar resultados contábeis, que poderiam explicar a ambiguidade dos resultados na literatura. O objetivo deste trabalho é avaliar a moderação, sobre o efeito da adoção das IFRS, do endividamento, lucratividade e monitoramento relacionadas com incentivos para gerenciar resultados. Utilizaram-se *book-tax differences* (BTD) e *accruals* discricionários como *proxies* de gerenciamento de resultados. Endividamento, rentabilidade e monitoramento foram consideradas variáveis relacionadas com incentivos ao gerenciamento de resultado. A análise compreende o período entre 2005 e 2014. Foram realizadas regressões com dados empilhados e com diferenças de médias entre antes e depois da adoção. Os resultados não indicam aumento do gerenciamento de resultados com a adoção das IFRS. São, pelo contrário, compatíveis com um efeito negativo das IFRS sobre o resultado contábil, na janela de adoção, em decorrência do reconhecimento de perdas sem efeito fiscal.

Palavras-chave: *book tax differences*; IFRS; gerenciamento de resultados; subjetividade

ABSTRACT

The International Financial Reporting Standards (IFRS) adoption has changed the way to recognize, measure and disclose accounting results. Studies on the impact of adopting such standards on the accounting quality are conflicting. This paper assumes the effect of IFRS is not equal for all companies, depending on the incentives existing to manage accounting results, which could explain the ambiguity in the literature. The paper aims to assess the effect from IFRS adoption on companies' characteristics related to incentives to manage results. Book-tax difference (BTD) and discretionary accruals were used as earnings management proxies. Indebtedness, profitability and monitoring were considered variables related to earnings management incentive. The analysis covers the period between 2005 and 2014. Statistical regressions were performed with pooled data and differences of means between before and after the IFRS adoption. The results do not indicate an increase in the earnings management with the adoption of IFRS. In fact, the results indicate the opposite, being compatible with a negative effect of IFRS on the accounting result in the period, due to the recognition of losses without tax effect.

KEYWORDS: book tax differences; IFRS; earnings management; subjectivity

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da amostra – empresas analisadas por ano

Tabela 2 - Estatísticas descritiva e teste de hipóteses do *book-tax differences*

Tabela 3 - Regressão da variação do *book-tax differences* pela equação 7

Tabela 4 - Estatística descritiva e teste de hipóteses do AD absoluto dividido pelo ativo total

Tabela 5 - Regressão do AD absoluto pela equação 8

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gerenciamento de resultados

Figura 2 – Componentes do BTD

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR: *American Depositary Receipt*

AD: *Accruals* Discricionários

BTD: *Book Tax Difference*

CMV: Comissão de Valore Imobiliários

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

EBITDA: *Earnings Before Income, Taxes, Depreciations and Amortization*

EUA: Estados Unidos da América

GGAAP: *German Generally Accepted Accounting Principles*

IAS: *International Accounting Standards*

IASB: *International Accounting Standards Board*

IRS: *Internal Revenue Service*

IFRS: *International Financial Reporting Standards*

SUMÁRIO

RESUMO	6
SUMÁRIO	11
1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. AS MUDANÇAS COM A ADOÇÃO DAS IFRS.....	15
2.2. IFRS E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	17
2.3. GERENCIAMENTO DE RESULTADOS	18
2.3.1. <i>Book-tax differences</i> como proxy de gerenciamento de resultados	20
2.3.2. <i>Accruals</i> discricionários como proxy de gerenciamento de resultados	23
2.4. CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS QUE AFETAM A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO	23
3. METODOLOGIA	26
3.1. HIPÓTESES	26
3.2. AMOSTRA.....	27
3.3. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES.....	28
3.3.1. <i>Book Tax Differences (BTD)</i>	28
3.3.2. <i>Accruals</i> Discricionários (AD).....	29
3.4. MODELO ECONOMETRICO	31
4. RESULTADOS	34
5. CONCLUSÕES	40
6. REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

A adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, em inglês *International Financial Reporting Standards* (IFRS), alterou significativamente a prática contábil no Brasil. De acordo com o CPC 00 (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro), o objetivo das IFRS é fornecer informações econômicas úteis a diferentes tipos de usuários para tomada de decisão. A ideia central é democratizar e uniformizar a informação contábil para qualquer usuário.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Instrução CVM Normativa 457 (2007), diz que o objetivo da adoção das IFRS é o aumento da transparência e da confiabilidade nas informações financeiras, assim como a redução do custo de fontes de financiamento externas, para as empresas brasileiras.

As mudanças impostas pelas IFRS deram mais opções para reconhecer e mensurar ativos, assim como modificaram a forma da divulgação do resultado. De acordo com Silva e Nardi (2017), a mudança principal que as IFRS trouxeram foi substituir um sistema baseado em regras, influenciado por um enfoque fiscal, por um sistema baseado em princípios, que requer um maior grau de julgamento e subjetividade responsável. Portanto, as IFRS podem representar, no Brasil, uma redução do *book-tax conformity* que Atwood, Drake, Myers e Myers (2012) definem como a diferença entre lucro tributável e o lucro contábil antes de tributos.

Um dos objetivos da subjetividade e da distância do enfoque fiscal foi a busca pela melhoria da qualidade e transparência da informação (Joia e Nakao, 2014). Estudos nacionais e internacionais já foram realizados para verificar se a adoção das normas internacionais de fato melhorou a qualidade da informação contábil. Há estudos que encontram uma piora na qualidade da informação, com maior gerenciamento de resultados como Jeanjean e Stolowy (2008), He, Wong e Young (2012), assim como há estudos que mostram o oposto, que a qualidade da informação contábil melhorou depois da adoção das IFRS como Barth, Landsman e Lang (2008), Sellami e Slimi (2016), Pelucio-Grecco, Geron, Grecco e Lima (2014).

Afinal, a adoção das IFRS contribuiu para a melhoria da qualidade da informação contábil, ou permitiu a sua deterioração? O que poderia explicar essa divergência na literatura quanto aos efeitos das IFRS na qualidade da informação contábil?

O presente estudo propõe que a divergência de resultados observada na literatura pode decorrer de os efeitos da IFRS não serem os mesmos para todas as empresas, em todas as épocas. As empresas estão sujeitas a diferentes incentivos para utilizar a discricionariedade dada pelas IFRS.

Segundo Desai (2005), a distinção entre lucro contábil e fiscal permite aos gestores subavaliar o lucro para as autoridades fiscais e ao mesmo tempo inflar o lucro apresentado para o mercado de capitais, o que explicaria a redução do lucro fiscal ao mesmo tempo que aumentava o lucro contábil das empresas de capital aberto dos EUA, na década de 1990. Essa diferença entre lucro contábil e lucro fiscal é denominada na literatura como *book-tax differences* (BTD). Empresas muito lucrativas têm, assim, incentivo para usar da flexibilidade com a finalidade de demonstrar lucros menores em busca de vantagens tributárias, o que, com maior discricionariedade, poderia aumentar a diferença entre os resultados tributário e contábil. Por outro lado, Blaylock, Gaertner, & Shevlin (2015) encontraram evidências de uso da discricionariedade no sentido de reduzir a diferença entre essas duas formas de apresentação do resultado (fiscal e societária). Isso também pode resultar de comportamento oportunista, tendo em vista que Mills (1998, p. 351) mostrou evidência empírica de que, nos EUA, quanto maior o BTD, maior o ajuste na demonstração fiscal proposto pela auditoria do governo, realizada pelo *Internal Revenue Service* (IRS), ou seja, maior o escrutínio dos órgãos de fiscalização tributária, o que as empresas tendem a evitar. Assim, há incentivos conflitantes acerca aproveitar a flexibilidade da norma contábil para reduzir ou aumentar o BTD.

Empresas mais endividadas podem usar a flexibilidade de reconhecimento e mensuração que forma que as beneficiem. Hung e Subramanyam (2007) encontraram um aumento do ativo com a adoção das IFRS e, com isso, é possível diminuir o endividamento. Também evidenciaram variabilidades no patrimônio líquido e no lucro líquido, que podem ser usados para influenciar os usuários de informações contábeis. Mills e Newey (2005) relatam que firmas mais alavancadas e com pior avaliação por agências de *rating* tendem a apresentar maior divergência entre resultados contábeis (*book*) e fiscais (*tax*).

Nakao e Gray (2018) observaram que empresas menos monitoradas apresentaram um *book-tax conformity* maior (ou seja, BTD menor) do que empresas mais monitoradas. Talvez, para empresas mais monitoradas, a flexibilidade pode ter sido usada para melhorar a qualidade da informação contábil.

O objetivo geral deste trabalho é avaliar o efeito da adoção das IFRS no gerenciamento de resultados, mas considerando que esse efeito é moderado por incentivos a que cada empresa está exposta. Foram utilizados como *proxies* de qualidade da informação contábil *book-tax differences* (BTD) e *accruals* discricionários. Avaliamos se o efeito da adoção das IFRS sobre essas variáveis é influenciado pelos incentivos das empresas relativamente ao emprego da maior discricionabilidade proporcionada. As variáveis de moderação relacionadas com esses incentivos seriam a rentabilidade, avaliada como EBITA sobre ativo total, o endividamento, avaliado como a dívida líquida sobre o ativo total, e a existência de *American Depositary Receipt* (ADR) para as ações da empresa, como *proxy* de monitoramento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. AS MUDANÇAS COM A ADOÇÃO DAS IFRS

A partir de 2010 as empresas brasileiras regidas pela lei 6.404/76 de Sociedade por Ações foram obrigadas a reconhecer, mensurar e divulgar as informações contábeis de acordo com as normas internacionais, IFRS. A adoção das novas normas aconteceu de maneira gradativa, sendo facultativa a partir de 2007 e obrigatória a partir de 2010, por meio das leis nº 11.638/07 e 11941/09, sendo a última que definiu o Regime Tributário de Transição (RTT). O regime de transição determinou que a adoção dos novos métodos contábeis não repercutisse em efeitos tributários, considerando os métodos contábeis em 2007 (da Silva, dos Santos, Koga, & Barbosa, 2014). O regime de transição perdurou até 2014, sendo alterado pela lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

De acordo com Lemes e Gonçalves (2009) alguns acontecimentos favoreceram a criação e, por consequência, adoção das normas contábeis internacionais como o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio, a crise cambial de 1998 e o compromisso dos representantes econômicos do G7 em assegurar a adoção das normas internacionais também em 1998. Outro fator que contribuiu para adoção das normas internacionais foi a maior possibilidade de comparação das informações financeiras das empresas (Joia e Nakao, 2014, p.23). Antes da adoção das IFRS, as demonstrações contábeis estavam, basicamente, associadas à aferição de bases tributáveis (Ferreira, Flores e Martins, 2015, p.2). Houve, assim, uma mudança no Brasil de um sistema contábil voltados para efeitos fiscais para um sistema voltado para informações à investidores, similar as maiores economias mundiais. (Cavalier-Rosa e Tiras, 2013).

A principal mudança que as IFRS trouxeram foi dar mais importância para essência do que para a forma em si (Grecco, 2013). Associada a essa mudança, foi dada primazia à forma econômica sobre a forma jurídica (Ferreira e et, 2015, p.2). Joia et al. (2014, p.27) dizem que houve uma neutralização da contabilidade tributária, reduzindo seu impacto na contabilidade financeira. É possível dividir as principais mudanças entre reconhecimento, mensuração e divulgação.

Dentre as mudanças no reconhecimento, pode-se destacar o reconhecimento apenas para itens que provavelmente trarão benefícios econômicos futuros para a entidade além de ser possível mensurar, de forma confiável, o seu custo (CPC 00, item 4.38). De acordo com Grecco (2013), uma mudança importante foi a possibilidade de reconhecer ativos que não são de propriedade da entidade. Diversos pronunciamento do Comitê de

Pronunciamento Contábeis (CPS) foram instituídos e, com isso, houve alteração no reconhecimento. O CPC 06 (Operações de Arredamento Mercantil) resultou em reconhecer ativos e passivos de *leasing* financeiros. O CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) introduziu o conceito de *impairment*, regulamentando a redução de valores de ativos. O CPC 04 (Ativo Intangível) restringe o reconhecimento alguns ativos de pesquisa e desenvolvimento. O CPC 27 (Ativo Imobilizado) e que muda a vida útil termos de utilidade esperada do ativo para a entidade.

Com relação à mensuração, o CPC 14 (Instrumentos Financeiros) define a mensuração de instrumentos financeiros pelo valor de mercado. O CPC 12 (Ajuste a Valor Presente) define que as transações efetuadas a prazo devem ser mensuradas a valor presente. Já o CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) introduz o conceito de valor justo, usando o valor atribuído pelo mercado, quando disponível, para mensurar.

Sobre a divulgação, houve mudança no conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias, como no CPC 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e no CPC 09 (Demonstração de Valor Adicionado – DVA).

Sunder (2009) indica que padrões contábeis com princípios abrangentes são concisos e requerem mais julgamento na sua aplicação do que um padrão baseado em regras. Como o CPC 00 (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro) declara que essência sobre a forma é uma bandeira insubstituível do *International Accounting Standards Board* (IASB) pode-se supor que as IFRS possibilitam mais julgamento dos contadores. Mills e Newberry (apud Ferreira et al.; 2012, p. 491), indicam que as normas contábeis têm um maior grau de flexibilidade do que as normas tributáveis. Segundo Mendes e Freire (2014), as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) de número 13 (*Fair Value Measurement*) dizem que existem graus crescentes de subjetividade com o nível de avaliação pelo valor justo aplicados em passivos e ativos, em função da comparabilidade com preços de um mercado ativo. Essas indicações dos autores citados acima sugerem que a subjetividade na interpretação das normas aumentou com a adoção das IFRS e, conseqüentemente, a flexibilidade da aplicação das regras. Assim, com a maior flexibilidade dada pelas novas regras, é possível que, em determinados casos e situações, ela tenha alterado a qualidade da informação contábil e sido usada para gerenciar resultados.

Sobre o aumento da subjetividade pela adoção das IFRS e a correlação com a comparabilidade, Ribeiro (2014) verificou que, mesmo com o aumento flexibilidade, não houve perda na comparabilidade dos relatórios financeiros das companhias do Brasil, entre 2004 e 2012. Mendes e Freire (2014) constataram que quanto maiores as ações de fiscalização de Governança Corporativa nos bancos, menor é a manipulação de resultados no processo de mensuração de ativos a valor justo. É importante entender com mais detalhes agora qual foi o impacto das IFRS na qualidade da informação contábil.

2.2. IFRS E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Segundo Joia e Nakao (2014), um dos objetivos do uso das IFRS é melhorar a qualidade da informação contábil para todos os seus usuários. Há diferentes formas de avaliar a qualidade da informação contábil, como a análise de *accruals* discricionários, análise de *value relevance*, análise de *income smoothing*, análise de *timely loss recognition*, e análise de *book tax difference* (BTD).

As análises iniciais indicaram uma melhoria da qualidade da informação contábil. Por exemplo, Bartov, Goldberg e Kim (2005) encontraram, entre 1991 e 2000, uma maior relevância do resultado para explicar os preços das ações (*value relevance*) nas empresas alemãs que apresentaram relatórios contábeis pelo *International Accounting Standards* (IAS), em comparação com o *German Generally Accepted Accounting Principles* (GGAAP). Hung e Subramanyam (2007), também na Alemanha, entre 1998 e 2002, obtiveram uma maior relevância do patrimônio líquido sobre o IAS, enquanto o lucro era mais relevante sob o GGAAP. (Bartov et al., 2005, não incluíram o patrimônio líquido em sua análise de relevância.). Barth, Landsman e Lang (2008) encontraram evidência, entre 1990 e 2003 em 22 países, para empresas que adotaram as normas internacionais entre 1994 e 2003, de que a introdução do IAS reduziu o gerenciamento de resultados (*earnings management*) e aumentou a relevância da informação contábil (resultado e patrimônio líquido) para os preços das ações (*value relevance*).

Estudos posteriores, porém, apontaram que esses resultados iniciais podem decorrer de outros fatores. Por exemplo, Ahmed, Neel e Wang (2013) e Christensen, Hail e Leuz (2013) indicam que a melhoria na qualidade da informação está associada apenas com firmas que adotaram as novas normas de maneira voluntária, no período de transição, indicando que um viés de auto seleção na amostra pode ter influenciado os resultados iniciais.

Além do problema de auto seleção, o ambiente legal do país pode interferir na influência das IFRS sobre a qualidade da informação contábil. Jeanjean e Stolowy (2008) verificaram que, de fato, houve aumento de gerenciamento de resultados na França após a adoção mandatória das IFRS. Já na Austrália e Reino Unido, foi observado que os resultados se mantiveram estáveis. A França, como o Brasil, usa o chamado sistema jurídico romano-germânico, ou *code law*. enquanto Austrália e Reino Unido, utilizam o sistema jurídico anglo-saxão, ou *common law*. Braga (2016) apresenta evidência de que em países com origem legal *code law* (sistema romano-germânico) a adoção das IFRS teve efeito negativo sobre a qualidade dos *accruals*. Sendo o ambiente legislativo brasileiro originário do *code law*, aliado à presença de dispositivos prejudiciais para acionistas minoritários, como controle concentrado através de pequena participação em ações ordinárias, o efeito da adoção mandatória das IFRS poderia ser negativo.

Santos e Cavalcante (2014) analisaram a relevância da informação contábil para explicar os preços das ações (*value relevance*) e a tempestividade no reconhecimento de perdas (*timely loss recognition*), comparando os períodos anterior, de transição e posterior à adoção das IFRS no Brasil (1999-2013). Identificaram aumento da relevância do lucro na precificação, mas redução na tempestividade e no reconhecimento de perdas. Esses sinais são contraditórios quanto ao aumento da qualidade da informação contábil. Macedo, Machado, Machado e Mendonça (2013), que também analisaram, separadamente, o efeito da adoção das IFRS sobre a *value relevance* do patrimônio líquido e, também, não encontraram variação. Grillo, Lachini, Baioco, Reina e Sarlo Neto (2016) analisaram a *value relevance* do lucro e do patrimônio líquido em conjunto. Não observaram contribuição das IFRS para a relevância do lucro e observaram contribuição negativa das IFRS para a relevância do patrimônio líquido. Em particular, a ausência de ganho informacional na precificação (*value relevance*) do patrimônio líquido lança dúvida quanto aos benefícios da avaliação de ativos pelo valor justo (*fair value*).

2.3. GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

A definição de gerenciamento de resultados, de acordo com Healy (1999), é o uso de julgamento (interpretações) em relatórios financeiros com intenção de alterá-los para algum fim específico, seja para iludir acionistas ou para influenciar futuras decisões da empresa, como obtenção de contratos. Joia e Nakao (2014) resumem o gerenciamento de resultados como a divulgação de informações contábeis que não representam a realidade,

influenciando, de maneira equivocada, a tomada de decisão dos usuários da informação fornecida.

Segundo Martinez (2001), os gestores de uma empresa podem querer, ou serem motivados a gerenciar relatórios contábeis pela vontade de se manter no cargo, pressão de acionistas por resultados desejados e busca por bônus significativos, mesmo que isso comprometa a empresa.

Operacionalmente falando, Martinez (2001) diz que o gerenciamento de resultados pode ter ou não implicações no fluxo de caixa da empresa. Abaixo, segue uma tabela que resume como, de fato, pode se concretizar o gerenciamento de resultados.

Figura 1 – Gerenciamento de resultados

Decisões contábeis “Puras”	Decisões com impacto no fluxo de caixa
“Gerenciamento” dos resultados contábeis	
<p style="text-align: center;">De acordo com as Normas/Princípios Contábeis</p> <p style="text-align: center;">Contabilidade “Conservadora”</p> <p>a) Reconhecimento muito elevado de provisões;</p> <p>b) Aceleração das despesas de depreciação;</p> <p>c) Reconhecimento de receitas apenas quando da cobrança.</p> <p style="text-align: center;">Contabilidade “Agressiva”</p> <p>a) Evitar ou reduzir o reconhecimento de provisões;</p> <p>b) Reduzir as cotas de depreciação e amortização.</p> <p>c) Reconhecimento de receitas durante a produção.</p>	<p style="text-align: center;">Práticas Aceitáveis</p> <p style="text-align: center;">Visando Reduzir Fluxo de Caixa Líquido</p> <p>a) Retardar vendas</p> <p>b) Acelerar gastos associados à propaganda e publicidade, treinamento e P&D.</p> <p>c) Aumentar Despesas de natureza não-operacional (Banquetes, Bingos, Doações)</p> <p style="text-align: center;">Visando Aumentar Fluxo de Caixa Líquido</p> <p>a) Antecipar ou acelerar as vendas;</p> <p>b) Adiar a realização de despesas necessárias de propaganda & publicidade, treinamento ou P&D;</p> <p>c) Aumentar Receitas não-operacionais pela venda de Ativos da empresa.</p>

Fonte – Martinez, A. L., (2001)

De acordo com Healy (1999), documentar a existência do gerenciamento de resultados tem sido uma tarefa complicada, apesar da crença que ele exista. Isso porque é preciso estimar os resultados antes deles terem sido teoricamente gerenciados. Assim, a detecção do gerenciamento de resultados não é algo trivial e existem diferentes formas de fazê-lo.

2.3.1. *Book-tax differences* como proxy de gerenciamento de resultados

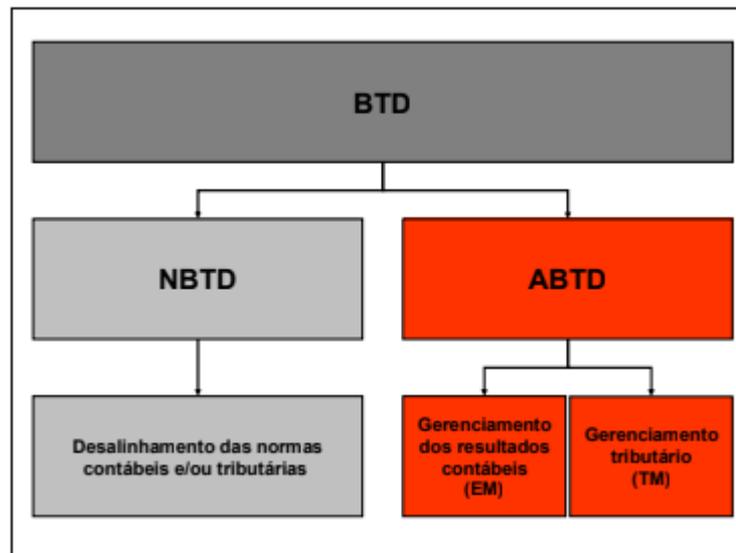
De acordo com Formigoni et al (2009), a adoção de sistema contábil e regulamentação tributária com regras distintas gera uma diferença conhecida como *book tax difference* (BTD). Essa diferença é considerada normal já que algumas receitas e despesas são consideradas contabilmente, mas não para fins tributários. Outro fator que leva essa diferença é o momento do reconhecimento de alguma receita ou despesa. Cada conjunto de regras, seja do sistema contábil ou da regulação tributária, pode realizar o reconhecimento em períodos diferentes, contribuindo para a diferença, gerando o BTD.

Segundo Ferreira et al. (2012), o BTD pode ser usado como uma proxy de qualidade contábil devido ao incentivo de se maximizar o lucro contábil e reduzir o lucro tributável. Consistentemente com essa afirmação, identificaram uma relação diretamente proporcional entre o valor do BTD e o valor de *accruals* discricionários.

Tang e Firth, (2011) encontraram que empresas na China com incentivos para gerenciamento de resultados, têm um alto nível de BTD anormal, sugerindo que o BTD pode ser usado para capturar a manipulação de resultados contábeis e tributáveis. Como a China tem sua legislação própria, Tang e Firth (2001) identificaram uma série de indicadores que mostram incentivos para empresas para gerenciarem resultados: taxa de impostos aplicáveis a cada empresa, a quantidade de taxas diferentes para cada entidade, se a entidade tem o direito de emitir títulos, se a entidade teve perda no ano corrente e se a entidade é controlada pelo governo. O estudo indicou uma relação positiva entre o BTD e todas as variáveis, mostrando que, quanto maior a taxa de impostos, quanto maior o número de taxas a serem usadas, maior o BTD. Mostrou também que se a empresa teve perdas, houve um aumento do BTD.

De acordo com Dechow (1994), o lucro contábil é medido pelo regime de competência e é usado como uma medida de desempenho da empresa. Já o lucro tributável enfatiza receitas reais e pagamentos reais de despesas, no momento que são realizadas (Desai, 2005). Segundo Formigoni et al (2009), essa diferença entre os dois sistemas também pode ser afetada por uma componente anormal. A origem desta componente é o gerenciamento de resultados contábeis e do gerenciamento de tributos. O BTD é a soma entre a diferença normal entre os sistemas contábil e tributável e a diferença anormal oriunda do gerenciamento de resultados, tanto contábil como tributável. Para resumir, segue a figura 1 detalhando as componentes do BTD.

Figura 2 – Componentes do BTB



Fonte – Formigoni, H., Pompa Antunes, M. T., & Paulo, E. (2009) p47

Mills e Newberry (apud Ferreira et al., 2012, p. 491), relatam que a maior flexibilidade do conjunto de normas contábeis sobre as tributárias faz com que o gestor tenha um poder discricionário maior sobre o lucro contábil do que sobre o lucro tributável. Com a adoção das IFRS e, com elas, o maior poder de julgamento dado ao contador, é possível que essa flexibilidade tenha sido potencializada. Martinez e Passamani (2014, p22) reforçam essa ideia afirmando que, com a adoção das normas internacionais, gerou-se a possibilidade de ter demonstrações contábeis com uma menor influência dos efeitos tributários. Isso não necessariamente significa gerenciamento de resultados, mas sim uma maior consonância com os princípios fundamentais da contabilidade (Martinez e Passamani, 2014). Desai, (2005) afirma que a diferença entre as duas formas de apurar o lucro, societária e tributável ampliada, permite que os gerentes descaracterizem a redução de imposto para o mercado e os lucros para as autoridades. A adoção das IFRS aumentou essa diferença entre os dois sistemas de apuração. .

Uma outra forma de avaliar as diferenças contábeis e tributárias é o chamado *book tax conformity*. Atwood, et al. (2012) o definiram como a flexibilidade de uma empresa reportar a lucro tributável em comparação com o lucro contábil antes do imposto. Quanto maior a flexibilidade, ou seja, maior (menor) a diferença entre a receita tributável e a receita contábil, menor (maior) será o *book tax conformity*. Com a adoção das IFRS, houve um aumento, no Brasil da diferença entre as regras de apuração do lucro contábil e do lucro tributável, podendo afetar a diferença absoluta entre eles, ou seja, o *book tax*

conformity. Nakao e Gray (2018) observaram que a adoção das IFRS no Brasil teve efeitos distintos. Para empresas com monitoramento de ações limitado, o *book tax conformity* foi maior do que empresas com ações mais monitoradas, ou seja, o BTM é maior para empresas menos monitoradas. O estudo foi feito entre 2006 e 2011 com 313 empresas.

Blaylock, Gaertner, & Shevlin (2015) verificaram, em uma amostra de 34 países, que quanto maior o nível de *book tax conformity*, maior o nível de gerenciamento de resultados, indicando uma menor qualidade da informação contábil e uma suavização dos lucros para reduzir o pagamento de imposto, Braga (2017) também encontrou, em uma amostra de 35 países, que países com maior nível *book tax conformity*, se engajam mais em *tax avoidance*. Um outro ponto verificado por Braga (2017) foi que a adoção das IFRS, embora tenha diminuído o *book tax conformity*, aumentou o nível de *tax avoidance*, sendo uma parte atrelada ao gerenciamento de *accruals* e outra, diretamente ligado ao aumento do *tax avoidance*, é decorrente de operações de paraísos fiscais e transferência de lucros para filiais com menos carga tributária.

Chen e Gavigo (2017) mostraram que, em Israel, mesmo com a redução do *book tax conformity* oriunda da adoção das IFRS naquele país, uma fiscalização tributária mais presente pode contrabalancear a maior flexibilidade das normas internacionais para gerenciamento de resultados, contábeis ou tributários. Como há similaridades entre a adoção das IFRS em Israel e no Brasil, principalmente a manutenção das regras tributárias durante a adoção das normas contábeis internacionais, é possível que o que foi encontrado por Chen e Gavigo (2017) possa ser estendido ao Brasil.

É possível observar que há conflitos na literatura. Existem estudos que associam o maior BTM com o gerenciamento de resultados e também que mostram que o BTM aumentou com a adoção das IFRS. Em contrapartida, outros estudos indicam que, com a adoção das IFRS, o *book tax conformity* dos países diminuíram, dissociando o lucro contábil do lucro fiscal e alterando o BTM. Em teoria, um *book tax conformity* maior (ou seja, menor BTM) deveria estar associado a melhor qualidade da informação contábil, mas foi observado, porém, que pode estar associado a aumento do *tax avoidance* e, portanto, maior gerenciamento de resultados. É interessante analisar se esse conflito está ligado a diferentes tipos de incentivos para as empresas, em diferentes países e em tempos específicos.

2.3.2. *Accruals* discricionários como *proxy* de gerenciamento de resultados

Uma das formas mais utilizadas de identificação de gerenciamento de resultados é pela estimativa de *accruals* discricionários, que seria um *proxy* do nível de gerenciamento de resultados. Segundo Dechow et al (1995), os modelos para calcular gerenciamento de resultados se baseiam na estimativa de componentes discricionários das receitas relatadas. O primeiro passo é determinar os *accruals* totais e depois decompô-lo em *accruals* discricionários e não-discricionários. Martinez (2001) esclarece que o termo *accruals* pode ser melhor traduzido para acumulações e, de maneira objetiva, significa a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido.

Os modelos de determinação de *accruals* foram listados por Thomas e Zang (2000). Segundo o estudo, os principais modelos existentes são o *random walk*, *mean-reverting accruals*, componentes, Jones (e Jones modificado), indústria e Kang-Sivarmakrishnan (KS). Martinez (2001) diz que a maioria dos estudos utilizam o modelo de Jones Modificado, proposto por Dechow, Sloan e Sweeney (1995), embora alguns autores, como Thomas e Zhang (2000) coloquem o modelo KS como uma alternativa de estimativa mais próxima.

Capkun et al (2016) encontraram que a flexibilidade permitida pelas IFRS contribuiu para o aumento no gerenciamento de resultados, tanto para empresas que adotaram as novas regras voluntariamente tanto para as empresas que adotaram compulsoriamente. O estudo foi em 29 países de 1994 a 2009.

As evidências da influência das IFRS sobre a qualidade da informação contábil, porém, continuam sendo conflituosas. Mesmo considerando um país emergente, Sellami e Slimi (2016) mostram evidência de que a adoção obrigatória das IFRS por empresas sul-africanas está associada a um menor gerenciamento de resultados (*earnings management*). Indicam, também, que a qualidade da governança corporativa está diretamente relacionada com a melhoria na qualidade da informação.

2.4. CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS QUE AFETAM A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Como visto nas seções anteriores, existem situações ou incentivos para gerenciar resultados contábeis. O nível de endividamento é um dos fatores que podem incentivar o gerenciamento de resultados, como foi observado por Sweeney (1994), onde as empresas que estão perto de violar contratos de empréstimos tendem a aumentar os *accruals* discricionários. Interessante observar que Grecco (2013) evidenciou que, no Brasil,

empresas mais endividadas gerenciam menos resultados sendo mais precavidos devido à pressão de credores.

Além do endividamento, o tamanho da empresa pode influenciar o gerenciamento de resultados. Joia et al (2014) correlacionaram os *accruals* discricionários com o endividamento e tamanho da empresa. Para empresas com maior nível de endividamento, os *accruals* discricionários são maiores. Já para as empresas maiores e, de certa maneira, mais monitoradas, os *accruals* discricionários são menores. Vale ressaltar que isso não significa necessariamente gerenciamento de resultados, já que o uso do valor justo com a adoção das IFRS pode elevar o aumento dos *accruals* discricionários, sem o uso de gerenciamento de resultados. Seguindo a linha de empresas monitoradas, Klein (2002) identificou uma relação negativa entre a governança corporativa e a magnitude dos *accruals* discricionários. Quanto mais o conselho administrativo for independente do diretor executivo, mais efetivo é o monitoramento do processo contábil

Ball, Li e Shivakumar (2015), em um estudo entre 2001 e 2010 com empresas de 43 países, argumentam que as IFRS aumentam a flexibilidade na elaboração dos relatórios contábeis, o que poderia criar oportunidade para alterações arbitrárias nos valores do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, tornando tais informações menos confiáveis, mostram que após a adoção das IFRS os contratos de dívida reduzem a utilização de *covenants* contábeis. Lin, Riccardi e Wang (2012) analisaram uma amostra de empresas alemãs de alta tecnologia entre 2000 e 2010, identificando aumento do gerenciamento de resultados e redução da relevância da informação contábil. Também exerce influência a regulação do mercado acionário local. He, Wong e Young (2012) apontam que empresas chinesas aumentaram o gerenciamento de resultados, em particular aplicando contabilização pelo valor justo, a fim de evitar a divulgação de resultado negativo (prejuízo), uma vez que as empresas são proibidas de negociar no mercado aberto se apresentarem prejuízo por três anos consecutivos. Esse resultado confirma resultado anterior de Tang e Firth (2001).

A possibilidade de pagar menos tributos também pode ser um incentivo para o gerenciamento de resultados. No Brasil, foi observado por Rezende e Nakao (2012) que existe uma relação negativa entre o lucro tributável e o gerenciamento de resultados. Mostra-se que os interesses econômicos na tributação influenciam o gerenciamento de resultados. Empresas muito lucrativas podem buscar o gerenciamento de resultados para reduzir seu lucro tributável e, conseqüentemente, os impostos a pagar. De acordo com Atwood, Drake, Myers, & Myers (2012), os executivos das organizações têm incentivos

para tanto aumentar os resultados das empresas, como também reduzir os tributos pagos. Em conformidade com essa proposição, Halon (2005) identificou que o alto valor para o BTD pode ser visto como uma baixa expectativa pelo mercado de persistência dos lucros da empresa. Esse papel do BTD na previsibilidade dos lucros (e dos retornos das ações) também foi observado para o Brasil por Martinez e Passamani (2014). De acordo com Cardoso e Costa (2017), num estudo feito entre 2010 e 2015 em 124 empresas abertas brasileiras, o BTD em seu valor nominal é diretamente e positivamente afetado por rentabilidade, liquidez e BTD defasada. O objetivo do estudo era verificar quais fatores influenciam a diferença entre o resultado contábil e o resultado fiscal. Esta constatação pode implicar que empresas mais rentáveis usam as diferenças contábeis e tributáveis para reduzir o pagamento de impostos, conhecido como *tax avoidance*,

Por outro lado, Mills (1998) encontrou evidências de que as empresas não podem maximizar os benefícios nos relatórios financeiros e reduzir os tributos de forma independente, pois os organismos de fiscalização tributária aumentam o escrutínio sobre empresas com maior BTD. As empresas se deparam com um trade-off entre gerenciamento de resultados e incentivos fiscais.

3. METODOLOGIA

3.1. HIPÓTESES

Conforme visto, a adoção das IFRS aumentou a discricionariedade dos contadores para realização de relatórios financeiros. Pode-se sugerir que a maior possibilidade de interpretação levou a uma maior flexibilidade no reconhecimento, mensuração e divulgação de informações contábeis, aumentando os desvios e modificando o resultado contábil, podendo prejudicar a qualidade da informação. Considerando que a apuração de resultado fiscal não se alterou até 2014, como dito por da Silva et al (2014), é possível que a maior flexibilidade tenha afetado a diferença entre o resultado apurado pelas normas aplicadas às empresas de capital aberto e o resultado fiscal dessas mesmas empresas. No mesmo sentido, a adoção das IFRS também pode ter afetado o valor dos *accruals* discricionários, seja para apresentar demonstrações que representem uma empresa financeiramente mais saudável do que realmente é, seja para reduzir a discrepância entre os resultados fiscal e contábil, de forma a evitar ao escrutínio da Receita. Assim, utilizamos como *proxies* da qualidade da informação uma variável que indica a disparidade entre o resultado fiscal e contábil, e uma variável que indica o nível de *earnings management*. No primeiro caso a variável é o *tax avoidance*, que é a diferença entre a alíquota média de tributo direto a que a empresa estaria sujeita, e a alíquota efetiva, avaliada a partir do débito tributário lançado e do lucro antes dos tributos (LAIR). No segundo caso a variável é o valor de *accruals* discricionários.

O objetivo deste trabalho é avaliar como incentivos na aplicação da maior discricionariedade contábil moderaram o efeito das IFRS sobre a qualidade da informação. Com base na revisão de literatura, foram selecionadas como variáveis de moderação a rentabilidade, avaliada como EBITDA sobre ativo total, a existência de ADR (como *proxy* de monitoramento), e o endividamento, avaliado como a razão entre a dívida líquida e o ativo total.

A seguir são formuladas hipóteses sobre a interação entre essas variáveis de moderação e o efeito das IFRS sobre as *proxies* de qualidade da informação.

Hipótese 1a: Após a adoção das IFRS, os valores absolutos dos desvios contábeis, representados pelo *book-tax differences* e *accruals* discricionários aumentaram com o aumento do endividamento, tendo em vista o incentivo das empresas mais endividadas para apresentar resultados e balanços mais sólidos.

Hipótese 1b: Após a adoção das IFRS, os valores nominais do *book-tax differences* aumentaram com o aumento do endividamento, pela mesma razão da Hipótese 1a.

Hipótese 2a: Com a adoção das IFRS, os valores absolutos dos desvios contábeis, representados por *book-tax differences* e *accruals* discricionários apresentaram correlação parcial negativa com a variação da rentabilidade, pois empresas com piora da rentabilidade (variação negativa) utilizariam a maior discricionariedade para aumentar o lucro contábil, a fim de manter os acionistas animados com a administração da empresa.

Hipótese 2b: Após a adoção das IFRS, os valores nominais do *book-tax differences* apresentaram correlação parcial negativa com o aumento da rentabilidade, pela mesma razão da Hipótese 2a.

Hipótese 3 Após a adoção das IFRS, os valores absolutos dos desvios contábeis, representados pelo *book-tax differences* e *accruals* discricionários diminuíram para as empresas mais sujeitas a monitoramento, tendo em vista que empresas mais monitoradas utilizariam a maior discricionariedade para melhorar a qualidade da informação contábil.

3.2. AMOSTRA

A amostra são todas as empresas listadas no IBOVESPA de 2005 a 2009, período antes da adoção das IFRS e de 2010 a 2014, período depois adoção. O período após a adoção ficou restrito até 2014 devido ao regime de transição tributária ter acabado em 2014 e também porque quanto mais distante do momento da transição mais ruído é introduzido na amostra, sem intensificar o sinal, podendo prejudicar a inferência estatística. As empresas que adotaram as IFRS voluntariamente antes da data obrigatória foram identificadas por filtro existente base de dados da Comdinheiro..

Tabela 1 – Composição da amostra – empresas analisadas por ano

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total	165	188	225	240	256	258	266	271	280	287
sem IFRS	165	188	225	238	246	NA	NA	NA	NA	NA
IFRS	NA	NA	0	2	10	258	266	271	280	287

Fonte – Autores

Observação: NA significa não aplicável

3.3. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES

Para verificar a hipótese foram utilizados duas *proxies* para a qualidade da informação contábil: *book-tax differences* e *accruals* discricionários.

3.3.1. *Book Tax Differences* (BTD)

Segundo Ferreira et al (2012) o BTD é *book-tax differences* (diferenças entre resultados contábeis e resultados fiscais), LAIR é o resultado contábil antes dos tributos diretos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido) e LF é o resultado fiscal antes dos tributos diretos, utilizado como base para determinação do valor desses tributos.

$$\text{BTD} = \text{LAIR} - \text{LF} \quad (1)$$

O resultado fiscal é então determinado a partir divisão da provisão corrente para o imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido (IR e CSLL) pela sua alíquota, considerada 34% neste artigo. (Ferreira et al, 2012). Quando o valor da provisão corrente do IR e CSLL não estava disponível, foi considerado a diferença entre os valores da provisão total de IR mais e CSLL da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o valor diferido do IR e CSLL indicado na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Esse procedimento de cálculo é sumarizado na equação (2).

$$\text{LF} = (\text{IR} + \text{CSLL}) / 34\% \quad (2)$$

É importante dizer que serão feitas duas análises de *book-tax differences*. Uma considerando o valor absoluto do BTD, a fim de identificar se empresas mais rentáveis teriam utilizado a maior flexibilidade das IFRS a fim de reduzir o BTD, com o intuito de não atrair a atenção das autoridades fiscais. A segunda seria considerando o valor nominal do BTD para verificar se empresas com prejuízos, em especial as mais endividadas, ajustaram casuisticamente o resultado contábil, a fim de apresentarem resultados mais sólidos para os credores. Para isso, é preciso considerar o sinal do BTD.

3.3.2. *Accruals* Discricionários (AD)

Em relação aos *accruals* discricionários, não existe uma fórmula direta para o seu cálculo. Eles são determinados como a diferença entre os *accruals* totais e os *accruals* considerados não discricionários, como mostrado na equação (3).

$$AD_{i,t} = AT_t - AND_t \quad (3)$$

em que:

AT_t = *Accruals* Totais da empresa no período t.

AND_t = *Accruals* não discricionários da empresa no período t.

AD_t = *Accruals* Discricionários da empresa no período t.

O modelo de Jones modificado sugere que os *accruals* totais sejam calculados pela equação (8)

$$AT_{i,t} = \Delta (Ac_{i,t} - Disp_{i,t}) - \Delta (Pc_{i,t} - ECP_{i,t}) - DeprAmor_{i,t} \quad (4)$$

em que:

AT = *Accruals* Totais da empresa no período

Ac = Ativo circulante

$Disp$ = Disponibilidade e aplicações financeiras de curto prazo

Pc = Passivo circulante

ECP = empréstimos e financiamentos de curto prazo

$DeprAmor$ = despesas com depreciação, amortização.

Já o cálculo dos *accruals* não discricionários são estimados com base nas características da empresa, pela aplicação da equação (5)

$$AND_{i,t} = \alpha_{1,i}(1/A_{i,t-1}) + \alpha_{2,i}(\Delta Liq_{i,t} - \Delta Rec_{i,t}) + \alpha_{3,i} \Delta Imob_{i,t} \quad (5)$$

em que:

$AND_{i,t}$ = *accruals* não discricionários da empresa i no período t;

$A_{i,t-1}$ = Total de Ativos no ano t-1;

$\Delta \text{Liq}_{i,t}$ = variação da receita líquida ponderada pelo total de ativos no final do período t-1;

$\Delta \text{Rec}_{i,t}$ = variação do contas a receber ponderada pelo total de ativos no final do período t-1;

$\text{Imob}_{i,t}$ = imobilizado e diferido/intangível ponderados pelo total de ativos no final do período t-1;

Os coeficientes $\alpha_{1,i}$, $\alpha_{2,i}$ e $\alpha_{3,i}$, que também dependem das características da empresa, são determinados como sendo os coeficientes obtidos da regressão indicada na equação (6)

$$\text{AT}_{i,t} = \alpha_{1,i}(1/\text{A}_{i,t-1}) + \alpha_{2,i} \Delta \text{Liq}_{i,t} + \alpha_{3,i} \Delta \text{Imob}_{i,t} + e_{i,t} \quad (6)$$

em que:

$\text{AT}_{i,t}$ = *accruals* ponderados pelo total de ativos no final do período t-1;

$\text{A}_{i,t-1}$ = Total de Ativos no ano t-1;

$\Delta \text{Liq}_{i,t}$ = variação da receita líquida ponderada pelo total de ativos no final do período t-1;

$\text{Imob}_{i,t}$ = imobilizado e diferido/intangível ponderados pelo total de ativos no final do período t-1;

$e_{i,t}$ = erro, resíduos.

Cabe ressaltar que neste trabalho os coeficientes $\alpha_{1,i}$, $\alpha_{2,i}$ e $\alpha_{3,i}$ foram calculados de duas maneiras distintas. A primeira considerando os coeficientes de cada empresa para todo o período de 2005 a 2014. A segunda considerando coeficientes diferentes para cada empresa para o período antes da adoção das IFRS (2005 a 2009) e o para o período após a adoção das IFRS (2010 a 2014). Entende-se que, com a mudança das normas contábeis, é de se esperar que os coeficientes também tenham sido alterados.

Para se calcular os *accruals* discricionários é preciso calcular os *accruals* totais pela equação (4), depois calcular os *accruals* não discricionários ao definir os coeficientes pela equação (6) e aplicando na equação (5) e, com esses resultados, usar a equação (3) e calcular os *accruals* discricionários.

3.4. MODELO ECONOMÉTRICO

Para verificar as hipóteses, foram propostos dois modelos para explicar os desvios contábeis, representados pelo *BTD* e pelos *accruals* discricionários. As variáveis explicativas de interesse são a interação da adoção das IFRS entre o endividamento (*Endiv*), a rentabilidade (*Rent*) e o monitoramento (*dummy ADR*), além da adoção das IFRS em si (*dummy IFRS*). Para evitar problemas de variáveis omitidas, foram incluídas também no modelo as 3 variáveis isoladas. Como variáveis de controle, foram inseridas *dummies* dos setores imobiliário e financeiro, além da intangibilidade e o ativo total. Os modelos econométricos tendo como variáveis dependentes a variação *book-tax differences* (*BTD*) e *accruals* discricionários (*AD*), são representados, respectivamente, pelas equações (7) e (8).

$$\Delta BTD_i = \alpha + \beta_1 Endiv_i + \beta_2 \Delta Endiv_i + \beta_3 Rent_i + \beta_4 \Delta Rent_i + \beta_5 ADR_{i,t} + \beta_6 Intang_{i,t} + \beta_7 \Delta Intang_{i,t} + \beta_8 SetorIM_{i,t} + \beta_9 SetorFin_i + \beta_{10} \ln AT_i + \beta_{11} \Delta \ln AT_i + u_{i,t} \quad (7)$$

em que:

ΔBTD_i = variação da média antes e depois da adoção das IFRS do *book tax differences* dividido pelo valor absoluto do LAIR para cada empresa;

Endiv: média do Endividamento da empresa sendo da razão entre dívida líquida EBTIDA e ativo total;

$\Delta Endiv_i$: variação média antes e depois da adoção das IFRS do Endividamento da empresa sendo da razão entre dívida líquida EBTIDA e ativo;

Rent_i : média da Rentabilidade da empresa sendo da razão entre EBTIDA e ativo total;

$\Delta Rent_i$: variação da média antes e depois da adoção das IFRS da Rentabilidade da empresa sendo da razão entre EBTIDA e ativo total;

ADR_i: variável dummy que indica se a empresa tem títulos *American Depositary Receipt* (ADR) ; caso sim, $ADR_{i,t} = 1$, caso contrário, $ADR_{i,t} = 0$

Intang_i: média da Intangibilidade da empresa sendo a razão entre Ativos Intangíveis e ativo total;

$\Delta Intang_i$: variação da média da Intangibilidade da empresa sendo a razão entre Ativos Intangíveis e ativo total

SetorIM_{i,t}: variável dummy que indica se a empresa está no setor imobiliário; caso sim,

$$SetorIM_{i,t} = 1, \text{ caso contrário, } SetorIM_{i,t} = 0$$

SetorFin_{i,t}: variável dummy que indica se a empresa está no setor financeiro/bancário;

$$\text{caso sim, } SetorFin_{i,t} = 1, \text{ caso contrário, } SetorFin_{i,t} = 0$$

lnAT_{i,t}: valor logaritmo natural da média do Ativo Total da empresa;

$\Delta lnAT_{i,t}$: variação da média antes e depois da adoção das IFRS do valor logaritmo natural do Ativo Total da empresa;

$$\begin{aligned} AD_{i,t} = & \alpha + \beta_1 Endiv_{i,t} + \beta_2 Endiv_{i,t} \times IFRS_{i,t} + \beta_3 Rent_{i,t} + \beta_4 Rent_{i,t} \times IFRS_{i,t} + \beta_5 \\ & ADR_{i,t} + \beta_6 ADR_{i,t} \times IFRS_{i,t} + \beta_7 Intang_{i,t} + \beta_8 Intang_{i,t} \times IFRS_{i,t} + \beta_9 SetorIM_{i,t} + \beta_{10} \\ & DSetorIM_{i,t} \times IFRS_{i,t} + \beta_{11} SetorFin_{i,t} + \beta_{12} SetorFinIM_{i,t} \times IFRS_{i,t} + \beta_{13} lnAT_{i,t} + \\ & \beta_{14} \Delta lnAT_{i,t} \times IFRS_{i,t} + \beta_{15} IFRS_{i,t} + u_{i,t} \quad (8) \end{aligned}$$

em que:

AD_{i,t}: *accruals* discricionários calculados pelo Modelo de Jones Modificado dividido pelo ativo total para cada empresa no período (ano);

Endiv_{i,t}: Endividamento da empresa sendo da razão entre dívida líquida EBTIDA e ativo total no período (ano);

Rent_{i,t}: Rentabilidade da empresa sendo da razão entre EBTIDA e ativo total no período (ano);

ADR_{i,t}: variável dummy que indica se a empresa tem títulos *American Depositary Receipt* (ADR) ; caso sim, $ADR_{i,t} = 1$, caso contrário, $ADR_{i,t} = 0$

Intang_{i,t}: Intangibilidade da empresa sendo a razão entre Ativos Intangíveis e ativo total no período (ano);

IFRS_{i,t}: variável dummy que indica se a divulgação financeira está no padrão internacional; caso sim, $IFRS_{i,t} = 1$, caso contrário, $IFRS_{i,t} = 0$

SetorIM_{i,t}: variável dummy que indica se a empresa está no setor imobiliário; caso sim, $SetorIM_{i,t} = 1$, caso contrário, $SetorIM_{i,t} = 0$

SetorFin_{i,t}: variável dummy que indica se a empresa está no setor financeiro/bancário; caso sim, $SetorFin_{i,t} = 1$, caso contrário, $SetorFin_{i,t} = 0$

lnAT: valor logaritmo natural do Ativo Total da empresa no período (ano).

Foram consideradas como variáveis de controle no modelo *dummies* dos setores imobiliário (IM) financeiro (FIN) e a intangibilidade (Intang). Com as mudanças provindas pela IFRS os setores imobiliário e financeiro puderam usar as diferentes formas de reconhecimento e mensuração e, com isso, alterar os resultados, não necessariamente configurando gerenciamento de resultados. Também deve ser observado que, segundo Beneish (2001), alguns setores têm mais incentivos a gerenciar resultados e um deles é o financeiro. A intangibilidade foi considerada como variável de controle por necessitar de discricionariedade ao reconhecer e mensurar.

4. RESULTADOS

A Tabela 2 mostra a estatística básica do BTDLAIR e BTDEBITDA antes e depois das IFRS, com todas as empresas da amostra e o resultado do teste de hipótese não pareado verificando se os valores médios são diferentes entre si. A variável BTDAntes indica o BTDLAIR antes do IRFS e a variável BTDDepois, BTDLAIR depois. Foram consideradas 2 maneiras de cálculo do BTDLAIR. Uma considera o valor nominal do BTDLAIR, indicado como NOM, e a outra o valor absoluto, indicado como ABS. Em ambos os casos, foi considerado o valor absoluto do LAIR e EBITDA no denominador, já que seu valor nominal poderia alterar o sinal da diferença entre LAIR e LF. Os valores das divisões BTDLAIR e BTDEBITDA foram censurados entre -1 e 1 para desconsiderar discrepâncias decorrentes de valores de LAIR ou EBITDA muito baixos.

Tabela 2 - Estatísticas descritiva e teste de média de *book-tax differences*

Variável	# Obs.		Média		Mínimo		Máximo		Desvio Padrão	
	ABS	NOM	ABS	NOM	ABS	NOM	ABS	NOM	ABS	NOM
BTDLAIR total	2.325	2.325	0,617	-0,025	0,001	-1	1	1	0,355	0,711
BTDLAIR antes	935	935	0,626	-0,028	0,001	-1	1	1	0,362	0,723
BTDLAIR depois	1.386	1.386	0,610	-0,020	0,001	-1	1	1	0,350	0,703
BTDEBITDA total	1.914	1.914	0,469	-0,014	0,001	-1	1	1	0,357	0,589
BTDEBITDA antes	560	560	0,509	0,012	0,001	-1	1	1	0,372	0,631
BTDEBITDA depois	1.354	1.354	0,452	-0,025	0,001	-1	1	1	0,350	0,571
Diferença BTDLAIR	ABS	-0,016			NOM	0,008				
Diferença BTDEBITDA	ABS	-0,057***			NOM	-0,037				

Fonte – Autores

Obs.: (i) o valor entre parênteses é erro padrão da diferença de médias; (ii) teste considerando amostras não pareadas; (iii) *, **, *** indicam significância estatística, respectivamente, a 10%, 5% e 1%.

Pela Tabela 2, observa-se que houve uma variação do *book-tax differences*, considerando tanto o valor nominal do BTDLAIR como o valor absoluto. Em três situações, a diferença diminuiu, sendo que apenas umas delas, quando se considera o valor absoluto da divisão do BTDLAIR pelo EBITDA, pode-se afirmar que a diferença é estatisticamente diferente de zero. Observa-se que os valores nominais do BTDLAIR e BTDEBITDA antes da adoção das IFRS têm sinais opostos. É provável que a censura aplicada na base

de dados tenha causado esse efeito, uma vez que mais dados de BTD/LAIR são censurados.

A Tabela 3 apresenta os resultados da regressão da equação (7), tendo como variável dependente o *book-tax differences*. Foi verificado pelo teste Multiplicador Langragiano de Breusch e Pagan que não se pode usar a regressão com dados empilhados (que seria o melhor modelo a ser utilizado para identificar o efeito das características das empresas) e, pelo teste de Hausman, também se verificou que não se deve utilizar efeitos aleatórios. Por isso foi feita uma regressão em seção transversal (*cross section*) com as diferenças das médias das variáveis entre depois e antes da adoção das IFRS (primeiras diferenças). A segunda coluna de cad

Tabela 3- Regressão da primeira diferença de *book-tax differences*

<i>Diferença book-tax differences</i>	Δ BTD/LAIR				Δ BTD/EBTIDA			
	ABS Completo	ABS apenas primeiras diferenças	NOM Completo	NOM apenas primeiras diferenças	NOM Completo	ABS apenas primeiras diferenças	NOM Completo	NOM apenas primeiras diferenças
Endiv	0,051*		-0,065		-0,001		-0,066	
Diferença Endiv	0,039	0,060***	-0,041	-0,059	-0,057	-0,054	-0,264	-0,235
Rent	-0,428*		0,549		-0,061		0,565	
Diferença Rent	-0,443***	-0,523***	0,797***	0,887***	-0,505***	-0,515***	0,962***	1,068***
Dummy ADR	-0,059	-0,024	0,283	0,158	-0,087	-0,094	0,062	0,018
Dummy IM	-0,019**	-0,116**	-0,378***	-0,369***	0,025	0,026	-0,545***	-0,550***
Dummy FIN	-0,001	0,027	0,245	0,205	-0,040	-0,035	0,377	0,362
Intang	1,261**		0,787		0,603		0,903	
Diferença Intang	-0,705**	-0,088	-0,168	0,308	-0,234	0,081	-0,311	0,257
lnAtivo	0,017		-0,050		-0,001		-0,016	
Diferença lnAtivo	-0,002	0,002	0,033	0,028	-0,002	0,001	0,060	0,074
cons	-0,362	0,008	1,023	-0,039	-0,053	-0,098***	0,297	-0,060
# Obs.	202	202	202	202	178	178	178	178
R2ajust	0,136	0,106	0,122	0,107	0,074	0,071	0,238	0,229
Prob > F	0,000	0,000	0,007	0,001	0,004	0,000	0,000	0,000

Fonte: Autores

Obs.: (i) Dummy assume valor igual a 1 nas observações após a adoção das IFRS, MV é o Valor de Mercado (ii) *, **, *** indicam significância estatística, respectivamente, a 10%, 5% e 1%.

Os resultados da Tabela 3 mostram que existe uma relação com relevância estatística entre variação de *book-tax differences* e a variação da rentabilidade da empresa,

tanto considerando o BTD nominal como considerando o BTD absoluto, dividido pelo valor absoluto do LAIR ou do EBTIDA. Ao verificar a regressão com valores absolutos do BTD, é observado que quanto mais aumenta a rentabilidade, menor o valor absoluto da variação do BTD, ou seja, os valores do LAIR e LF ficam relativamente mais próximos para as empresas que aumentaram mais a rentabilidade, e mais distantes para as empresas que mais reduziram a rentabilidade. Esse resultado confirma a Hipótese 2a. Já a parte nominal mostra uma relação positiva entre *book-tax differences* e aumento da rentabilidade da empresa. Isso significa que, com adoção das IFRS, o LAIR aumentou tanto mais que o LF quanto mais aumentou a rentabilidade da empresa. O aumento relativo do LAIR após a adoção das IFRS, considerando que não houve alterações no cálculo do LF, indica que houve uma alteração na forma de apurar o resultado contábil e que empresas com maior aumento (redução) da rentabilidade influenciaram positivamente (negativamente) o BTD. Esse resultado refuta a Hipótese 2b. No conjunto esse resultado é consistente com uma redução do LAIR relativamente ao LF nas empresas com maior redução de rentabilidade, indicando que não houve uso da maior discricionariedade por empresas com piora na rentabilidade para apresentar resultado contábil melhor que a realidade. Já para empresas que melhoraram a rentabilidade, o aumento relativo do LAIR sobre o LF indica o uso da discricionariedade para melhorar o resultado contábil.

Quando se observa o endividamento, o único resultado significativo a 5% indica que quanto maior o aumento do endividamento, maior o aumento do valor absoluto do BTD dividido pelo LAIR. Não há evidência, porém, de que os ajustes foram no sentido de aumentar o LAIR, o que seria indicado por um coeficiente positivo com significância estatística nas análises com valor nominal (com sinal). Esse resultado pode ser consistente com empresas com maior oportunidade de crescimento, por isso contraindo maior endividamento, tendo que fazer mais ajustes no lucro contábil, em virtude de atualização a valor justo dessas oportunidades.

As empresas do setor imobiliário apresentaram relação estatisticamente relevante negativa com o BTD, ou seja, para as empresas desse setor, com a adoção das IFRS o LF aumentou relativamente mais que o LAIR, ao contrário do que seria esperado, uma vez que as empresas passaram a poder reconhecer no resultado contábil o aumento do valor de mercado dos imóveis de sua propriedade. Por outro lado, as normas mais específicas quanto à mensuração de intangíveis podem ter afetado mais esse setor.

Já a intangibilidade tem relação positiva com o BTB, quanto maior ela for, maior a diferença absoluta entre LAIR e LF, quando considerado o BTB dividido pelo valor absoluto do LAIR. Por outro lado, a variação da intangibilidade mostra que quanto maior for a redução de intangíveis, maior será a variação do valor absoluto da razão do BTB pelo LAIR. Isso novamente é consistente com uma redução dos intangíveis como consequência de regras mais específicas sobre sua mensuração.

A Tabela 4 mostra a estatística básica dos *accruals* discricionários divididos pelo ativo total antes e depois das IFRS, com todas as empresas da amostra e o resultado do teste de hipótese não pareado verificando se os valores médios são diferentes entre si. A variável AD_{antes} indica os *accruals* discricionários antes do IFRS e a variável AD_{depois}, os *accruals* discricionários depois. Foram consideradas duas maneiras de cálculo dos *accruals* discricionários. Uma considera que o valor dos coeficientes para o cálculo dos *accruals* não discricionários não se alterou com a adoção das IFRS, identificadas como IGU e a outra considerou a alteração dos coeficientes, identificado como DIF. Considerando que as regras contábeis foram alteradas, seria esperada uma quebra estrutural na série de *accruals* não discricionários, o que tornaria mais relevante a adoção de coeficientes diferentes entre antes e depois da adoção das IFRS.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas e teste de hipóteses do valor absoluto de AD dividido pelo ativo total

Variável	# Obs.		Média		Mínimo		Máximo		Desvio Padrão	
	DIF	IGU	DIF	IGU	DIF	IGU	DIF	IGU	DIF	IGU
ABS AD total	2,962	2,830	3.564	1.694	0	0,001	1559	1348	29.76	27.48
ABD AD antes	1,503	1535	1.761	1,380	0,001	0,001	165	236	11.20	11.63
ABS AD depois	1,271	1,295	6.223	2.066	.132	0,001	1559	1348	43.64	38.60
Diferença	DIF		4,462***		IGU		0,686			

Fonte – Autores

Obs.: (i) o valor entre parênteses é erro padrão da diferença de médias; (ii) teste considerando amostras não pareadas; (iii) *, **, *** indicam significância estatística, respectivamente, a 10%, 5% e 1%. Dif significa coeficientes do cálculo de *accruals* diferentes para cada período – antes e depois.

Pela Tabela 4, observa-se que considerando os coeficientes diferentes, a diferença dos *accruals* discricionários entre antes e depois da adoção das IFRS pode ser considerada diferente de zero estatisticamente. Isso é consistente com a premissa de maior

flexibilidade para o reconhecimento e mensuração de ativos independentemente dos valores históricos.

A Tabela 5 apresenta os resultados da regressão da equação (8), tendo como variável dependente os *accruals* discricionários. Foi verificado pelo teste Multiplicador Langragiano de Breusch e Pagan que se pode usar a regressão com dados empilhados. Foi feito também a regressão usando primeiras diferenças para dar robustez à análise.

Tabela 5 - Regressão do AD absoluto pela equação (8)

Variável Explicativa AD	Dados empilhados		Primeira diferença			
	DIF	IGU		DIF	IGU	
Endiv	0,367***	0,348***	0,440		0,062	
Endiv x IFRS	-0,483***	-0,324**	0,297	0,586***	-0,035	-0,038
Rent	0,287***	-3,336***	25,012		11,811	
Rent x IFRS	0,507	2,525	-11,263	-5,641	-0,946	-3,193***
ADR	0,612	0,248	2,751	3,495	2,151	1,527
ADR x IFRS	10,532	10,491				
Intang	-3,945***	-50,079**	-31,156		24,267	
Intang x IFRS	9,655*	53,498**	13,279	1,608	-13,642	0,747
SetorIM	-0,461	-0,841***	10,766	10,352	7,785	7,613
SetorIM x IFRS	7,161	5,140				
SetorFIN	0,568***	-0,077	9,108	8,927	7,023	6,924
SetorFIN x IFRS	9,651	8,785				
lnAT	-0,378	-0,243	0,091		-0,171	
lnAT x IFRS	-2,893	-3,287	-11,456	-9,970	-7,748	-6,946
IFRS	63,185	68,424	5,556	7,350*	7,735	2,692
Constante	8,667*	5,828				
# Obs.	2,894	2,763	265	265	301	301
R2ajust	0,059	0,089	0,201	0,191	0,373	0,369
Prob > F	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Autores

Obs.: (i) Dummy assume valor igual a 1 nas observações após a adoção das IFRS, MV é o Valor de Mercado (ii) *, **, *** indicam significância estatística, respectivamente, a 10%, 5% e 1%

Ao analisar a Tabela 5, a acerca do endividamento, na análise com dados empilhados, os resultados mostram que há uma relação positiva estatisticamente relevante com o valor absoluto dos *accruals* discricionários, ou seja, como esperado, *accruals* discricionários aumentam com o endividamento. Porém, a interação do endividamento

com a *dummy* de IFRS tem sinal negativo, indicando que a adoção das IFRS reduziu os *accruals* discricionários tanto mais quanto maior o endividamento, refutando a Hipótese 1a. Isso indica que não houve uso da maior discricionariedade dada pelas IFRS no sentido de melhorar os resultados pelas empresas mais endividadas a fim de apresentar resultados e balanços mais sólidos para financiadores. Porém, o modelo usando primeiras diferenças com coeficientes diferentes, mostra um resultado conflitante. No modelo sem nível de endividamento, há indicação de que com a adoção das IFRS houve uma relação positiva entre variação de *accruals* discricionários e a variação do endividamento, em linha com o resultado obtido na Tabela 3, em que o BTM era a variável dependente usada como *proxy* de gerenciamento de resultado. Isso, no entanto, pode não ser efeito das IFRS, mas apenas do aumento do endividamento: as empresas que aumentaram mais o endividamento tiveram incentivo para melhorar as demonstrações financeiras, a despeito do efeito das IFRS.

Quando se observa o comportamento da rentabilidade, também há resultados conflitantes. Para coeficientes iguais, a relação com *accruals* discricionários é negativa e estatisticamente significativa, assim como o encontrado na Tabela 3, com valores absolutos do BTM divididos pelo LAIR. Porém, ao usar dados empilhados com coeficientes diferentes para antes e depois das IFRS, é observado uma relação positiva relevante apenas quando não há interação com as IFRS. O modelo de primeiras diferenças com coeficientes iguais mostra que aumentos da rentabilidade reduzem o valor absoluto dos *accruals* discricionários.

Para o modelo de dados empilhados, a intangibilidade tem relação estatisticamente significativa negativa com os *accruals* discricionários. Já a interação com as IFRS mudou o comportamento da intangibilidade, influenciando o aumento dos *accruals* discricionários. Este resultado era esperado já que os ativos intangíveis tem uma característica discricionária em sua natureza. Vale destacar há resultados opostos entre o encontrado na Tabela 5 e o que foi encontrado na Tabela 3.

O setor imobiliário influenciou na redução dos *accruals* discricionários quando se observa o modelo com coeficientes iguais com dados empilhados, resultado similar ao visto na Tabela 3 com o BTM. Já para o setor financeiro, o oposto é visto, ao considerar dados empilhados com coeficientes diferentes. As empresas financeiras influenciam o aumento dos *accruals* discricionários. As demais variáveis não apresentaram relevância estatística para os modelos aplicados.

5. CONCLUSÕES

Existem resultados conflitantes na literatura acerca da influência das IFRS no gerenciamento de resultados. Este trabalho propõe que esse conflito pode decorrer de os efeitos da adoção das IFRS não ser o mesmo para todas as empresas, dependendo dos incentivos de cada empresa para gerenciar resultados. O objetivo do estudo foi verificar se e como o endividamento, rentabilidade e monitoramento, assumidas como características relacionadas com os incentivos para gerenciar resultados, moderaram o efeito da adoção das IFRS sobre o gerenciamento de resultados, usando o BTB e *accruals* discricionários como *proxies*.

Os resultados apontam, como esperado, que há uma relação positiva entre endividamento e *accruals* discricionários, em valor absoluto. Isso é consistente com empresas mais endividadas gerenciarem mais os resultados, com a finalidade de melhorar as demonstrações financeiras para investidores. Porém, quanto à moderação do endividamento sobre o efeito da adoção das IFRS não foi identificada uma relação inequívoca. Num modelo com dados empilhados, observamos que empresas mais endividadas tiveram redução de *accruals* discricionários com a adoção das IFRS, o que contradiz a Hipótese 1a. Mas, nos modelos em primeiras diferenças, observamos relação positiva entre aumento do endividamento e aumento de *accruals* discricionários, na janela de adoção das IFRS. Essa relação, porém, pode decorrer basicamente do aumento do endividamento, independentemente do efeito das IFRS. A relação entre variação do endividamento e variação do valor nominal do BTB não foi significativa, não havendo suporte para a Hipótese 1b.

Ao analisar a rentabilidade, observou-se, na janela de adoção das IFRS, uma relação negativa entre a variação da rentabilidade e a variação do valor absoluto (sem sinal) do BTB, confirmando a Hipótese 2a. Mas foi observada uma relação positiva da variação da rentabilidade com a variação do valor nominal (com sinal) do BTB. Esse segundo resultado é contrário à Hipótese 2b. Uma interpretação consistente com esses resultados é que as IFRS afetaram negativamente a apuração do lucro contábil das empresas. Ou seja, a evidência empírica indica que as empresas com piora dos resultados mais significativa na janela de adoção das IFRS foram impactadas por reconhecimento de perdas sem efeito tributário. Isso pode decorrer de as IFRS serem mais específicas quanto à redução do valor recuperável de ativos (CPC 01), o que pode denotar melhora da qualidade da informação. Os resultados também são compatíveis com empresas que aumentaram mais o lucro contábil em relação ao lucro fiscal o terem feito no sentido de

aproximar o primeiro do segundo (menor valor absoluto do BTB), e não o contrário. Na análise de *accruals* discricionários, é visto que o aumento da rentabilidade influenciou na redução dos *accruals* discricionários com a adoção das IFRS. A análise do BTB em conjunto com a análise dos *accruals* discricionários indica redução do gerenciamento de resultados e melhora qualidade da informação contábil.

Os resultados deste trabalho mostram algumas contradições, assim como a literatura acerca do efeito da adoção das IFRS sobre a qualidade da informação contábil. Os resultados são fortemente dependentes dos métodos econométricos empregados, tanto para identificação dos efeitos da IFRS (dados empilhados ou primeiras diferenças), quanto para determinação dos valores de *accruals* discricionários (mesmos coeficientes em todo o período ou coeficientes distintos para antes e depois da adoção das IFRS).

Numa análise geral, porém, não há evidência de que as IFRS deram mais discricionariedade para gerenciamento de resultados pelas empresas. Pelo contrário, particularmente com relação à moderação pela rentabilidade, os resultados aqui obtidos são mais consistentes com o reconhecimento de perdas sem efeito fiscal na janela de transição, contrariamente ao que seria esperado se houvesse uso casuístico de maior discricionariedade dada pelas IFRS.

6. REFERÊNCIAS

AHMED, Anwer S.; NEEL, Michael; WANG, Dechun. Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? Preliminary evidence. **Contemporary Accounting Research**, v. 30, n. 4, p. 1344-1372, 2013.

ATWOOD, T. J. et al. Home country tax system characteristics and corporate tax avoidance: International evidence. **The Accounting Review**, v. 87, n. 6, p. 1831-1860, 2012.

BALL, Ray; LI, Xi; SHIVAKUMAR, Lakshmanan. Contractibility and transparency of financial statement information prepared under IFRS: Evidence from debt contracts around IFRS adoption. **Journal of Accounting Research**, v. 53, n. 5, p. 915-963, 2015.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of accounting research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

BARTOV, Eli; GOLDBERG, Stephen R.; KIM, Myungsun. Comparative value relevance among German, US, and international accounting standards: A German stock market perspective. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 20, n. 2, p. 95-119, 2005.

BLAYLOCK, Bradley; GAERTNER, Fabio; SHEVLIN, Terry. The association between book-tax conformity and earnings management. **Review of Accounting Studies**, v. 20, n. 1, p. 141-172, 2015.

BENEISH, Messod D. Earnings management: A perspective. **Managerial Finance**, v. 27, n. 12, p. 3-17, 2001.

BRAGA, Josué Pires. **Efeitos da adoção obrigatória das IFRS sobre a qualidade do ambiente informacional: A relevância dos fatores institucionais**. 2016. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRAGA, Renata Nogueira. Effects of IFRS adoption on tax avoidance. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 75, p. 407-424, 2017.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre a Sociedade por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm.> Acesso em 15/03/2019.

BRASIL. **Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Alterações, dispositivos, lei das sociedades anônimas. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm.> Acesso em 15/03/2019.

BRASIL. **Lei 11.941 de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm.> Acesso em 15/03/2019.

BRASIL. **Lei 12.973 de 13 de maio de 2014**. Altera a legislação tributária federal. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm.> Acesso em 15/03/2019.

CAPKUN, V.; COLLINS, D.; JEANJEAN, T. The effect of IAS/IFRS adoption on earnings management (smoothing): A closer look at competing explanations. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 35, n. 4, p. 352–394, jul. 2016.

CAVALIER-ROSA, Regina; TIRAS, Samuel L. Adoção do IFRS no Brasil: um terreno fértil para pesquisa sobre gerenciamento de resultados. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, 2013.

CHEN, Ester; GAVIOUS, Ilanit. The roles of book-tax conformity and tax enforcement in regulating tax reporting behaviour following International Financial Reporting Standards adoption. **Accounting & Finance**, v. 57, n. 3, p. 681-699, 2017.

CHRISTENSEN, Hans B.; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian. Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. **Journal of Accounting and Economics**, v. 56, n. 2-3, p. 147-177, 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 R1**. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, 2011. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 01 R1**. Redução ao Valor Recuperável de Ativos, 2010. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2012.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 R2**. Demonstração dos Fluxos de Caixa, 2010. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2013.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 04 R1**. Ativo Intangível, 2010. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2013.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 06 R2**. Operações de Arrendamento Mercantil, 2017. Disponível em <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533_CPC_06_\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533_CPC_06_(R2).pdf)>. Acesso em 15/03/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09**. Demonstração do Valor Adicionado (DVA), 2008. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 12**. Ajuste a Valor Presente, 2008. Disponível em http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 14**. Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, 2008. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/226_Termo_de_aprovacao_CPC_14.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 27**. Ativo Imobilizado, 2009. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2013.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 46**. Mensuração do Valor Justo, 2012. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2012.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução Normativa 457 de 13 de julho de 2007**. Acesso em 02/04/2019.

DECHOW, Patricia M. Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. **Journal of Accounting and Economics**, v. 18, n. 1, p. 3-42, 1994.

DECHOW, Patricia M.; SLOAN, Richard G.; SWEENEY, Amy P. Detecting earnings management. **Accounting Review**, p. 193-225, 1995.

DESAI, Mihir A. The degradation of reported corporate profits. **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 4, p. 171-192, 2005.

FERREIRA, Felipe Ramos et al. Book-tax differences e gerenciamento de resultados no mercado de ações do Brasil. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 5, p. 488-501, 2012.

FERREIRAA, Marcos Antônio et al. Análise do Impacto do IFRS em Indicadores Financeiros em Empresas Brasileiras. In: **XV Encontro Brasileiro de Finanças**. 2015.

FONSECA, Kellma Bianca Cardoso; COSTA, Patricia Souza. Fatores determinantes das book-tax differences. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 29, p. 17-29, 2017.

FORMIGONI, Henrique; POMPA ANTUNES, Maria Thereza; PAULO, Edilson. Diferença entre o lucro contábil e lucro tributável: uma análise sobre o gerenciamento de resultados contábeis e gerenciamento tributário nas companhias abertas brasileiras. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 6, n. 1, 2009.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio. **O Efeito da convergência brasileira às IFRS no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras**. 2013 Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

GRILLO, Flávia Fardin, LACHINI, Talita Casagrande; BAIOCO, Vitor Gomes; REINA, Donizete; SARLO NETO, Alfredo. Value Relevance: análise dos efeitos da avaliação a valor justo. **ConTexto**. Porto Alegre, v. 16, n. 32, p. 94-109, 2016.

HANLON, Michelle. The persistence and pricing of earnings, accruals, and cash flows when firms have large book-tax differences. **The Accounting Review**, v. 80, n. 1, p. 137-166, 2005.

HE, Xianjie; WONG, T. J.; YOUNG, Danqing. Challenges for implementation of fair value accounting in emerging markets: Evidence from China. **Contemporary Accounting Research**, v. 29, n. 2, p. 538-562, 2012.

HEALY, Paul M.; WAHLEN, James M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting Horizons**, v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999.

HUNG, Mingyi; SUBRAMANYAM, K. R. Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. **Review of accounting studies**, v. 12, n. 4, p. 623-657, 2007.

JEANJEAN, Thomas; STOLOWY, Hervé. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, n. 6, p. 480-494, 2008.

JOIA, Roberto Midoguti; NAKAO, Silvio Hiroshi. Adoção de IFRS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 8, n. 1, 2014.

KLEIN, April. Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. **Journal of Accounting and Economics**, v. 33, n. 3, p. 375-400, 2002.

LEMES, Sirlei et al. A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 3, p. 37-58, 2009.

LIN, Steve; RICCARDI, William; WANG, Changjiang. Does accounting quality change following a switch from US GAAP to IFRS? Evidence from Germany. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 31, n. 6, p. 641-657, 2012.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINEZ, Antonio Lopo; PASSAMANI, Renato Rovetta. Book-tax differences e sua relevância informacional no mercado de capitais no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, n. 2, p. 20-37, 2014.

MENDES, Carlos Jorge Fontainhas; DE SOUZA FREIRE, Fátima. A governança corporativa e manipulação de informação contábil: mensuração a valor justo nos bancos comerciais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p. 53-76, 2014.

MILLS, Lillian F. Book-tax differences and Internal Revenue Service adjustments. **Journal of Accounting research**, v. 36, n. 2, p. 343-356, 1998.

MILLS, Lillian F.; NEWBERRY, Kaye J. Firms' Off-Balance Sheet and Hybrid Debt Financing: Evidence from Their Book-Tax Reporting Differences. **Journal of Accounting Research**, v. 43, n. 2, p. 251-282, 2005.

NAKAO, Sílvio Hiroshi; GRAY, Sidney J. The Impact of IFRS in Brazil: The Legacy of Mandatory Book-tax Conformity. **Australian Accounting Review**, v. 28, n. 4, p. 482-495, 2018.

PELUCIO-GRECCO, Marta Cristina et al. The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. **Emerging Markets Review**, v. 21, p. 42-66, 2014.

REZENDE, Guilherme Pinto; NAKAO, Sílvio Hiroshi. Gerenciamento de resultados e a relação com o lucro tributável das empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 06-21, 2012.

RIBEIRO, A.M. **Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros: uma análise dos efeitos da convergência do Brasil às IFRS**. 2014. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. Effect of the Adoption of IFRS on the Information Relevance of Accounting Profits in Brazil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p. 228-241, 2014.

SELLAMI, Yosra Mnif; SLIMI, Imen. The effect of the mandatory adoption of IAS/IFRS on earnings management: Empirical evidence from South Africa. **International Journal of Accounting and Economics Studies** 4 (2), p. 87-95, 2016

SILVA, R. L. M.; NARDI, P. C. C. Relevância dos ativos biológicos: um estudo em vários países. **XI Congresso Anpcont**. Belo Horizonte, 2017.

DA SILVA, Cláudia Lúcia Pimentel Martins et al. Tributação e IFRS no Brasil: alterações na legislação do IRPJ, da CSLL, do PIS/Pasep e da Cofins, trazidas pela lei nº 12.973/2014. **Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros**, v. 1, n. 1, p. 393-422, 2014.

DA SILVA MACEDO, Marcelo Alvaro; MACHADO, Márcia Reis; Machado, André Veras; Mendonça, Pedro Henrique. Impacto da Convergência às Normas Contábeis Internacionais no Brasil Sobre o Conteúdo Informacional da Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 7, n. 3, 2013.

DE SOUZA, Fláida Êmine Alves; LEMES, Sirlei. A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 71, p. 169-184, 2016.

SUNDER, Shyam. IFRS and the accounting consensus. **Accounting Horizons**, v. 23, n. 1, p. 101-111, 2009.

SWEENEY, Amy Patricia. Debt-covenant violations and managers' accounting responses. **Journal of Accounting and Economics**, v. 17, n. 3, p. 281-308, 1994.

TANG, Tanya; FIRTH, Michael. Can book–tax differences capture earnings management and tax management? Empirical evidence from China. **The International Journal of Accounting**, v. 46, n. 2, p. 175-204, 2011.

THOMAS, Jacob; ZHANG, Xiao-jun. Identifying unexpected accruals: a comparison of current approaches. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 19, n. 4-5, p. 347-376, 2000.